



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

1571 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 11 - Política da Educação Superior

Pesquisa e extensão na relação com as classes populares. Os significados atribuídos por pesquisadores
Ivanise Monfredini - UNISANTOS - Universidade Católica de Santos
Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo-FAPESP

Neste ensaio analisam-se experiências relatadas por pesquisadores responsáveis por projetos financiados pela Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS) que foi criada em 2003 e extinta recentemente pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC), que no entanto, manteve o Departamento de Políticas e Programas para Inclusão Social dentro da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento. As experiências foco do estudo se desenvolvem em interação com agricultores familiares e catadores de material reciclado, valorizando a criação de conhecimentos. Por tratar-se de tema inserido em pesquisa mais ampla ainda em andamento, o foco nesse texto é uma das categorias consideradas no estudo: o significado da atuação junto às classes populares, para o pesquisador entrevistado. Finaliza-se afirmando que as experiências relatadas permitem identificar possibilidades tendo em vista que promovem práticas alternativas na relação da universidade com as classes populares no Brasil.

Palavras chaves: Universidade, Políticas de Ciência e Tecnologia, Relação entre Universidade e Classes Populares.

Pesquisa e extensão na relação com as classes populares. Os significados atribuídos por pesquisadores.

Resumo

Neste ensaio analisam-se experiências relatadas por pesquisadores responsáveis por projetos financiados pela Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS) que foi criada em 2003 e extinta recentemente pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC), que no entanto, manteve o Departamento de Políticas e Programas para Inclusão Social dentro da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento. As experiências foco do estudo se desenvolvem em interação com agricultores familiares e catadores de material reciclado, valorizando a criação de conhecimentos. Por tratar-se de tema inserido em pesquisa mais ampla ainda em andamento, o foco nesse texto é uma das categorias consideradas no estudo: o significado da atuação junto às classes populares, para o pesquisador entrevistado. Finaliza-se afirmando que as experiências relatadas permitem identificar possibilidades tendo em vista que promovem práticas alternativas na relação da universidade com as classes populares no Brasil.

Palavras chaves: Universidade, Políticas de Ciência e Tecnologia, Relação entre Universidade e Classes Populares.

Introdução

Os avanços na ampliação do acesso à educação superior ocorrido especialmente a partir de meados do século XX foram conquistas resultantes da pressão popular, que demandava mais escolas básicas e de ensino superior e que resultaram na crescente inclusão no ensino superior de negros, indígenas, populações historicamente excluídas, além dos jovens pobres, com renda familiar de até três salários mínimos, por meio da criação da Lei de Cotas (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012), do Programa Universidade Para Todos (PROUNI - Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005) e do REUNI (Decreto 6096 de 24 de abril de 2007).

Em 2003, o governo federal cria a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS), por meio da qual o então Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação

[iii](#)(MCTI) pretendeu imprimir uma mudança nas Políticas de Ciência e Tecnologia (PCT) brasileiras com o objetivo de promover o desenvolvimento social. Este texto traz parte das análises de pesquisa em andamento sobre esse tema.

A relação da Universidade com os movimentos sociais foi historicamente mais marcante durante meados do século XX, no processo de resistência ao golpe militar. Sobre esse aspecto, Bringel (2010) cita que na América latina, foi durante as décadas de 1960 e 1970 que se identifica um compromisso maior dos acadêmicos com os movimentos sociais. Depois, a partir dos anos de 1980 houve um distanciamento provocado pela crescente especialização do conhecimento científico, pela profissionalização do trabalho acadêmico.

Para Bringel (2010, p.193) o neoliberalismo dos anos de 1990 acentuou ainda mais esse distanciamento relacionado à crescente burocratização, privatização e, em alguns casos, da "busca [por] deslegitimar o modelo de pesquisa militante". No entanto, afirma ainda Bringel (2010, p.193) que "a irrupção de um novo ciclo de mobilização social na última década, na região, parece haver avivado novas fórmulas de atualização dos vínculos entre o pesquisador/intelectual e o compromisso militante, que vão além do clássico modelo de 'intelectual orgânico gramsciano'".

Como alerta Bringel (2010) essa relação envolve alguns problemas que surgem no esforço de descolonizar e repensar a produção de conhecimentos, especialmente das ciências sociais, o que significa incorporar os diálogos com vários atores sociais, em diferentes enfoques, pressupondo a produção conjunta de conhecimento.

Tendo em vista o momento crítico em que direitos sociais conquistados recentemente vem sendo desmontados junto com o Estado brasileiro após o golpe que destituiu o governo de Dilma Rousseff, a relação com os movimentos sociais pode se constituir como uma alternativa à ressignificação social da universidade brasileira? Embora essa questão não se esgote nos limites desse artigo, apresentam-se análises dos depoimentos de pesquisadores responsáveis por pesquisas e/ou projetos de extensão apoiados pela SECIS, com o objetivo de contribuir com o debate sobre as relações universidade/classes populares e pesquisa/extensão.

Inicia-se o texto com a apresentação dos aspectos metodológicos que envolvem o estudo e, em seguida, são apresentados os resultados parciais da pesquisa em andamento, seguidos das considerações possíveis até o momento.

Ciência para Inclusão Social: aspectos metodológicos

Apresenta-se neste artigo a terceira parte do levantamento de informações realizado sobre as pesquisas e projetos de extensão apoiados pela SECIS. A primeira parte do levantamento de informações consistiu de análise dos projetos apoiados pela SECIS desde sua criação em 2003 até o ano de 2014, a partir de informações obtidas no *site* da secretaria e no Portal da Transparência, que resultaram na seleção dos editais que foram analisados: Edital para apoio aos Catadores de Materiais Recicláveis (18/2005), edital para apoio à Agricultura familiar em transição agroecológica (20/2005), Edital para apoio aos Núcleos de Estudos e Centros Vocacionais Tecnológicos em Agroecologia (46/2012) e, finalmente, um edital de apoio à Segurança Alimentar (85/2013). O critério para escolha foi o de terem como beneficiários grupos ou indivíduos das classes populares, para os quais se previam ações de inclusão social (conceito discutido criticamente em outras publicações). Na segunda parte da metodologia analisaram-se as publicações (artigos e trabalhos em anais de eventos), gerados a partir do desenvolvimento dos projetos de pesquisa/extensão selecionados. Na terceira parte realizaram-se entrevistas semiestruturadas com os pesquisadores responsáveis.

Este texto apresenta a análise resultante dos depoimentos dos pesquisadores, focalizando a relação Universidade/Classes Populares, com base na análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (1995) e Franco, (2012).

A opção por estruturar o texto a partir dos depoimentos deve-se também à intenção de dar voz aos pesquisadores que, nesse caso, desenvolvem seu trabalho junto à cooperativas e associações, principalmente de agricultores familiares.

Os depoimentos foram analisados à partir de 3 dimensões: 1- Caracterização das classes populares beneficiárias pelos pesquisadores; 2- Metodologias e Procedimentos para desenvolvimento das pesquisas/extensão junto às classes populares beneficiárias; 3- Relação Universidade/Classes populares.

Da análise dessas dimensões emergiram as categorias de análise. Para a dimensão 3 considera-se nesse texto a seguinte categoria [iiii](#): o significado da atuação junto às classes populares, para o pesquisador entrevistado. Essa categoria está associada aos trechos dos depoimentos nos quais os pesquisadores entrevistados explicitam os motivos pelos quais decidiram atuar junto às classes populares, assim como às relações que estabelecem entre seu trabalho na Universidade e a atuação junto a esses sujeitos.

Do total de projetos financiados pela SECIS em cada edital, realizou-se, na primeira fase, a seleção daqueles desenvolvidos em Universidades, considerando o tema e os objetivos da pesquisa. Identificaram-se um total de 108 projetos e os respectivos pesquisadores responsáveis. Destes, foram entrevistados onze, após sua concordância em participar da pesquisa, obtida por correio eletrônico. Os pesquisadores que concordaram foram convidados a assinar o Termo de Concordância Livre e Consentida (TCLC). As entrevistas foram realizadas por *skype*, gravadas e transcritas. Os pesquisadores também foram convidados a rever os respectivos depoimentos, após estes terem sido transcritos.

Dos onze pesquisadores entrevistados três foram responsáveis por pesquisa/extensão aprovada no edital 18/2005; quatro no edital 20/2005, dois no edital 46/2012 e dois no edital 82/2013; de modo que foram entrevistados pesquisadores para todos os editais selecionados. As entrevistas foram realizadas ao longo do ano de 2017.

Todos os onze entrevistados atuam em Universidades Públicas, seis deles em Universidades Federais, dois em Institutos Federais Tecnológicos e três em Universidades Estaduais. Dos cinco pesquisadores do sexo masculino, quatro ocupam (ou ocuparam) cargo de direção, enquanto que das seis mulheres entrevistadas apenas uma ocupa cargo (ou já ocupou) de direção na Universidade. A formação dos entrevistados abrangiam as seguintes áreas do conhecimento: agroecologia, agronomia, engenharia mecânica, fitopatologia, zootecnia, geologia, educação ambiental, filosofia, história e arquitetura. Todos os entrevistados atuam (ou atuaram) na docência e na graduação, mas apenas cinco estão atuando na pós-graduação. Nesses casos, sua pesquisa é desenvolvida a partir da extensão. Um dos entrevistados declarou ter optado pela extensão e graduação após um período na pós-graduação. Ao contrário, outro entrevistado afastou-se da extensão quando assumiu cargo de direção na Universidade. Sobre esse aspecto, os depoimentos sugeriram que a relação pesquisa e extensão no trabalho do professor/pesquisador, ainda é foco de tensões.

As entrevistas, que são a base para as análises que se seguem, permitiram identificar com maior clareza o significado atribuído pela Universidade, à relação com as classes populares. De um modo geral, essa relação é vista como importante, embora ainda existam preconceitos em relação a ela, tendo em vista, entre outros aspectos, os processos de avaliação do trabalho dos pesquisadores e da pós-graduação, balizadas por critérios quantitativos.

A seguir apresentaremos uma síntese das tendências indicadas nos depoimentos, considerando os agrupamentos que reuniram mais entrevistados.

A atuação em projetos de extensão e junto às classes populares

Quais os motivos que levam um professor pesquisador atuar junto às classes populares e na extensão?

Identificaram-se motivos pessoais nos depoimentos de dois dos pesquisadores. Um deles, por exemplo, relacionado às possibilidades de vida e trabalho, que induziram o pesquisador a atuar na região onde se localiza a Universidade, por lhe faltar condições pessoais de se deslocar para locais distantes. Para dois dos entrevistados os motivos estão relacionados à uma gradativa adequação entre a sua área de formação e as características da Universidade, do curso onde atuam, e da região, que, de certa forma, induziram ao contato com agricultores e apicultores. Em apenas um dos depoimentos a resposta ao Edital 18/2005 induziu à realização de um projeto junto à catadores de material reciclado. Nos outros depoimentos, a resposta dos pesquisadores aos Editais da SECIS foi induzida pela busca de financiamento para fortalecer uma colaboração que já vinha ocorrendo, ainda que com dificuldades, especialmente pela falta de recursos. Finalmente, o motivo mais citado (por seis dos entrevistados), foi nomeado de relevância social e política. Dentro dessa classificação incluem-se os depoimentos em que os pesquisadores consideram que o seu trabalho deve contribuir levando ou trocando conhecimentos com quem realmente precisa. Ou ainda, que contribui para a inclusão social, ou para a formação política e social dos grupos com quem trabalham. Os trechos abaixo exemplificam a Relevância Social e Política:

Mas, aí para colocar efetivamente a construção do conhecimento a serviço da inclusão, aconteceu quando eu fiz uma proposta com essa questão da sustentabilidade, e eu já vinha pesquisando sobre isso. (Pesquisadora em Universidade Estadual. Região Nordeste)

Quando eu terminei o doutorado, 2012 meu projeto foi aprovado, também foi para mim uma grande vitória, porque também foi o primeiro projeto que eu mandei e numa área que eu gosto de atuar e de trabalhar que é a agroecologia. Dentro de movimentos sociais, trabalhar com quem realmente precisa. [...] levar o conhecimento para quem precisa.

(Pesquisadora em Instituto Federal Tecnológico. Região Sul)

Então, a extensão rural, no caso, a extensão tecnológica rural que é o que a gente faz, pesquisa-ação tecnológica, ela tem contribuído muito porque capacita em novas agro tecnologias, independente do nível de escolaridade. Porque a prática deles [agricultores], é uma prática tão rica quanto o nosso conhecimento científico. Então, acaba trocando os conhecimentos deles, o tradicional, com o nosso. [...] a ciência, ao meu ver, ela tem o papel mais nobre que é tentar resolver problemas das sociedades.

(Pesquisadora em Universidade Federal. Região Norte)

Na agroecologia se trabalha com a ideia de que o agricultor tem que ser um pesquisador...[...] Então nesse sentido, tu teria uma possibilidade [...] Se a gente conseguisse desenvolver um processo de formação dos agricultores, para eles também desenvolverem melhor a pesquisa e fazer um intercâmbio de experiências, dos seus conhecimentos, isso seria muito rico e aí não tem [...quem] se contraponha a milhões agricultores pesquisando.

(Pesquisador em Universidade Federal. Região Sul)

Os motivos citados pelos entrevistados indicam a relevância social e política da atuação junto a parcelas das classes populares, no caso agricultores familiares, que emergem de modo significativo, como alternativas, especialmente se considerado o cenário em que se realizam. Ou seja, se analisados na relação com as tendências privatistas das políticas de ensino superior no Brasil, bem como de ciência e tecnologia, nesse momento de transição do período de implementação das contra reformas, na década de 1990, para o seu aprofundamento, em curso nesse momento histórico.

As contra reformas referem-se, como explica Behering (2008 e 2012), aos processos regressivos que vem sendo implementados desde a década de 1990, a partir do abandono de um projeto comprometido com a inclusão econômica e política da maioria da população e com as possibilidades de ruptura com a heteronomia. Ou seja, refere-se a processos que tem implicado em "profundo retrocesso social, em benefício de poucos", como afirma Behering (2008, p.22).

O momento atual é de aprofundamento das contra reformas iniciadas na década de 1990, que no plano internacional, atacam diretamente as conquistas civilizatórias obtidas no breve período que se estende do pós-segunda guerra mundial, até a década de 1960.

As tentativas de reorganizar a economia capitalista "em crise" incluem mudanças nas políticas públicas que liberam o fundo público para o capital e desmontam a proteção ao trabalho, ao mesmo tempo que revestem de legalidade tais ações. As medidas de reorganização da economia em curso, são operadas no sentido de "afirmar o lugar do Brasil na estrutura global do capital como fornecedor de *commodities* e plataforma de valorização financeira", como afirma Firmiano (2016, p.601), afetando diretamente os orçamentos das Universidades, especialmente as públicas.

Dessa forma, os motivos que levam os pesquisadores a realizarem pesquisa e extensão na relação com as classes populares ganham tonalidades mais fortes nesse momento histórico. Permitem uma reflexão de como podem se configurar alternativas nas Universidades, em meio à histórica opção política privatizante.

Considerações Finais

Nesse momento crítico da história do país, e da crise estrutural do capital, em que os recursos naturais, ecológicos e energéticos são disputados de forma acirrada e violenta, em que as políticas públicas de apoio aos agricultores familiares e povos originários são desmontadas, a atuação da Universidade junto a essas populações assume um caráter científico, político e social, relevante.

O bancada ruralista e empresarial que compõe a maioria do Congresso Nacional Brasileiro vem realizando as mudanças jurídicas que liberam ao capital internacional, terras, recursos minerais e biológicos, além de desonerar ainda mais o preço do trabalho.

As mudanças em curso permitem identificar, mais uma vez, a particularidade histórica do Estado brasileiro cujos eixos centrais para Martins (2011) são a reforma agrária, os deserdados da posse da terra e os latifundiários, transmutados em agronegócio.

Esse conjunto de ataques fragilizam ainda mais a vida dos trabalhadores rurais e urbanos e outras classes populares historicamente excluídas (povos originários, por exemplo). Fragiliza também a Universidade e o lugar de produtora de ciência e tecnologia. A violência do processo revela a destrutividade do capital, conforme indica Mészáros (2007 e 2002), tendência que coloca em risco a própria vida no planeta.

Na América Latina a agroecologia, a agricultura familiar, os pequenos produtores, os trabalhadores rurais e urbanos, os povos originários, ocupam a linha de frente das vítimas dramaticamente afetadas nas suas condições de vida, tendo em vista a importância das *commodities* na disputa capitalista internacional.

Este é o principal motivo para, neste artigo, dar foco aos depoimentos. Dizem respeito ao trabalho conjunto de pesquisadores e agricultores familiares, pequenos proprietários e assentados organizados em cooperativas e associações. Esse trabalho envolve direta ou indiretamente a luta pela posse e manutenção da terra e dessa população na terra, a defesa e prática da agroecologia, aspectos que, no país e no mundo, nesse momento, demarcam um espaço tenso da luta entre capital e trabalho. Outro motivo é que, da perspectiva da Universidade, os depoimentos referem-se a práticas concretas, mantidas, em alguns casos, há décadas, na contracorrente do produtivismo e da privatização que caracterizam a universidade brasileira.

Dessa forma, os depoimentos inspiram uma reflexão sobre a significação social da Universidade brasileira. Expressam, contraditoriamente, as possibilidades ainda existentes nessa instituição.

Referências

BRASIL, Secretaria Nacional de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS) (2003), [Disponível em <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/78953.html>>, Acesso em 01/02/2014].

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70. Lisboa, Portugal. 1995.

BEHERING, Elaine Rosseti. **Brasil em Contra-reforma. Desestruturação do Estado e perda de direitos** 2a. ed. São Paulo: Cortez. 2008.

_____. Rotação do Capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: SALVADOR, Evilásio; et.al. (orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012. p.153-180.

BRINGEL, Breno. Ativismo Transnacional. O estudo dos Movimentos Sociais e as novas Geografias Pós-coloniais. In: **Estudos de Sociologia, Rev. do Progr. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE** v. 16, n. 2, p. 185 – 215. 2010. [Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/view/122> acesso em 27/02/2017].

FRANCO, Maria Laura Publi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 4a. Edição. Liver Livros. Brasília. 2012.

FIRMIANO, Frederico Daia. A ilegalidade do Estado e o colapso do neodesenvolvimentismo no Brasil. In: **SER Social**, Brasília, v. 18, n. 39, p. 584-609, jul.-dez./2016. [13/03/2017]. Disponível em: periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/download/21344/17532.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital. Rumo a uma teoria da Transição**. São Paulo: Boitempo. Trad. Castanheira, Paulo César e Lessa, Sérgio. 2002.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico. O socialismo no século XXI**. São Paulo. Boitempo. 2007.

MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil: Lúmpen e místico**. São Paulo: Context

^[i]Corresponde atualmente ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIeC).

^[ii] Para essa dimensão existem mais duas categorias que não são tratadas neste texto: 2- Como se realiza a relação do pesquisador com as classes populares e 3- Como é percebida a relação com as classes populares, na Universidade.